

Projeto do IPTU agrava a briga da Câmara com Jânio

Da Reportagem Local

A briga entre a Câmara Municipal de São Paulo e a Prefeitura em torno do aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em até 350% está esquentando. A vingança janista, fazendo cessar os comissionamentos de servidores da Prefeitura junto à Câmara e demitindo pessoas indicadas por vereadores contrários ao aumento do IPTU, acabou fornecendo munição para algumas das represálias do Legislativo ao prefeito.

Além da portaria que faz cessar os comissionamentos de servidores da

Câmara junto à Prefeitura —e atinge inclusive o secretário da Defesa Social, Renato Tuma—, o "Diário Oficial do Município" publicou ontem o veto dos vereadores a três pedidos de empréstimos por parte do prefeito — Cz\$ 800 milhões para a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), Cz\$ 170 milhões para obras viárias e Cz\$ 112 milhões para canalização de córregos.

Como consequência direta do ataque janista à Câmara, o próprio projeto do IPTU poderá ter um novo encaminhamento: em vez da votação em plenário, ele retornaria à Comis-

são de Justiça e Redação, que decide quais projetos devem ser acolhidos para votação. Essa possibilidade está sendo estudada pela liderança do PMDB diante da mudança de atitude do vereador peemedebista Ricardo Trípoli, o integrante da Comissão de Justiça que deu o "voto de Minerva" favorável à aceitação do projeto pela Câmara e agora se posiciona contra ele. Se o projeto retornar à comissão, agora com maioria contra —são seis integrantes, além de Trípoli, três a favor e três contra—, poderá ser decidida a sua ilegalidade e inconstitucionalidade e o seu não acolhimento pela Câmara.

Comissão de Justiça rejeita empréstimos

Matuiti Mavezo

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal rejeitou, alegando ilegalidade e inconstitucionalidade, três pedidos de empréstimos para a Prefeitura de São Paulo. O pedido maior, Cz\$ 800 milhões, seria captado junto a entidades nacionais para a CMTC. Foi considerado ilegal por ser a CMTC sociedade anônima, embora o município possua a maioria de suas ações. Um repasse de recursos externos no valor de US\$ 12 milhões (quase Cz\$ 170 milhões) para a complementação de obras foi recusado como inconstitucional por depender de aprovação pelo Senado. O terceiro pedido, um financiamento junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), no valor de US\$ 8 milhões (Cz\$ 112 milhões), para a canalização de córregos, foi rejeitado por "não existir amparo constitucional."

O prefeito Jânio Quadros criticou ontem, às 15h, o parecer da comissão. "O que eles estão querendo? Que a CMTC acabe? Minha intenção é que a companhia assuma o monopólio dos transportes. Mas é preciso dinheiro para isso, inclusive, para efetuar as desapropriações." O secretário municipal de Planejamento, Marco An-



Vereador Marcos Mendonça

tônio Mastrobuono, 51, afirmou que o parecer da comissão impedirá a conclusão do empréstimo já autorizado pelo governo federal de Cz\$ 600 milhões para a CMTC.

A questão do aumento do IPTU ainda pode sofrer uma reviravolta na Câmara, pois a decisão está nas mãos de um vereador do PMDB, Ricardo Trípoli. Aprovado em primeira votação, o orçamento da

Prefeitura para 87 já considera recursos obtidos com o aumento do IPTU, projeto que ainda não foi aprovado. Por esse motivo, o orçamento pode voltar para a Comissão de Justiça e Redação. Está em estudos também a volta do próprio projeto do IPTU, pois, segundo o presidente da Câmara, Marcos Mendonça, 40 (PMDB), a correção da Unidade Fiscal do Município (UFM), em que se baseia o aumento, é superior à correção monetária, o que é proibido por lei federal.

O orçamento seria votado ontem em segunda discussão, mas a pedido do vereador Antônio Sampaio (PDS), líder de Jânio na Câmara, foi adiado por quatro sessões. À tarde, vereadores do PMDB e do PT decidiram pedir sua volta à comissão. Uma revisão só será possível com a concordância de Trípoli (um dos sete membros da comissão), que deu o voto que decidiu pela aprovação quando o projeto foi examinado por ela. Apesar de pertencer ao PMDB, Trípoli sempre foi aliado de Jânio na Câmara. Mas, pressionado pela proximidade das eleições, acabou votando contra o projeto.

Problema começou 6 dias após a posse

Banco de Dados

A 7 de janeiro deste ano, seis dias depois de tomar posse, o prefeito Jânio Quadros determinou à Secretaria das Finanças a elaboração, no prazo de trinta dias, de decreto alterando a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que passaria a ser corrigido mensalmente através de correção monetária incidente sobre cada uma das

prestações, que deixariam de ser fixas.

Durante o mês de fevereiro, mais de seiscentos contribuintes ingressaram na Justiça com mandados de segurança pleiteando o pagamento das parcelas do IPTU sem a correção monetária. Dezenas de liminares estavam sendo concedidas diariamente pelas quatro Varas da Fazenda Municipal até que a 27 de fevereiro o governo federal baixou o

Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), que, entre outras disposições, eliminou a correção monetária em quaisquer operações financeiras.

No início de maio, o secretário municipal do Planejamento, Marco Antônio Mastrobuono, informou que a Planta Genérica de Valores, que é utilizada para cálculo do IPTU, estava sendo totalmente revista para efeito de atualização do imposto.